



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
PRÓ-REITORIA ENSINO DE GRADUAÇÃO - PROGRAD
DIRETORIA DE PROCESSOS SELETIVOS DE INGRESSO NA GRADUAÇÃO -
DIG
CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA

CONCURSO VESTIBULAR ESPECIAL
UNESPAR/UNIUV
2026

Prova de Redação

Nº da inscrição: _____

Data da prova: 01 de março de 2026

PROVA DE REDAÇÃO

Instruções para a Redação

1. Leia com atenção as orientações da proposta e os textos de apoio.
2. Produza um texto que tenha, no mínimo, quinze (15) e, no máximo, vinte (20) linhas.
3. Escreva com letra legível e ocupe todo o espaço das linhas, respeitando os parágrafos.
4. Não fuja ao tema e ao gênero propostos.
5. Use caneta com tinta preta ou azul.
6. Escreva conforme a variedade padrão escrita da língua portuguesa.
7. Evite copiar trechos dos textos de apoio.
8. Não se identifique.

ATENÇÃO: A redação é prova eliminatória.

PROPOSTA DE REDAÇÃO - ARTIGO DE OPINIÃO

A medicalização da infância tem se tornado cada vez mais frequente no Brasil, especialmente em contextos escolares, onde comportamentos considerados inadequados ou dificuldades de aprendizagem são, muitas vezes, tratados como transtornos clínicos. Esse fenômeno levanta debates sobre os limites entre o cuidado com a saúde infantil e a transferência de problemas sociais, educacionais e estruturais para o campo médico. Com base na leitura dos textos motivadores e em seus conhecimentos de mundo, escreva um **artigo de opinião**, assumindo o papel de um articulista de jornal que pretende se posicionar criticamente sobre a medicalização da infância no Brasil contemporâneo. Em seu texto, discuta as causas desse fenômeno, suas consequências para o desenvolvimento infantil e para a escola, bem como possíveis caminhos alternativos a essa prática. Assine como **Cidadão Preocupado**.

TEXTO 1

A medicalização da infância na contemporaneidade: revisão integrativa (adaptado)

O tema em estudo refere-se a uma compreensão dos fenômenos históricos, sociais, políticos e econômicos que fomentam a medicalização infantil manifestada na contemporaneidade e a implicação desta na vida da criança, podendo afetar seu desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial.

Entende-se por medicalização um processo que transforma questões não médicas em problemas médicos (BRAGHINI, 2016). Problemas de comportamento de diferentes ordens são apresentados como *doenças, transtornos, distúrbios* que camuflam questões políticas, sociais, culturais e afetivas que afligem a vida das pessoas. Questões coletivas são tomadas como individuais; problemas sociais e políticos se tornam biológicos. Nesse processo, a criança e sua família são responsabilizadas por tais *problemas*, enquanto governos, autoridades e profissionais de saúde e educação são eximidos de suas responsabilidades (BRASIL, 2015).

Moysés (2001) aborda que as problemáticas relacionadas à infância têm sido compreendidas pelos discursos e práticas do saber médico e transformadas, muitas vezes, em psicopatologia. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2012), os psicofármacos estão sendo classificados como o principal recurso de tratamento disponibilizado pela psiquiatria na contemporaneidade.

A medicalização infantil é um tema contemporâneo e é relevante estudá-lo pois, segundo o Ministério da Saúde, houve um crescimento de 775% no consumo de psicofármacos¹ em 10 anos, especialmente o metilfenidato². O Brasil tem ocupado o 2º maior mercado do mundo no uso desse tipo de medicamento, conforme o Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários de Medicamentos (BRASIL, 2015). O CFP (2012) relata que o metilfenidato subiu de 70.000 caixas vendidas em 2000 para 2.000.000 de caixas em 2010.

O Brasil tem preconizado um alto consumo de psicofármacos em uma escala mundial e os mais consumidos no país são: Clonazepam, Diazepam e Midazolam (BRASIL, 2019).

1 Os psicofármacos são agentes químicos que atuam sobre o sistema nervoso central e estão em condições de alterar diversos processos mentais, gerando alterações na conduta, na percepção e na consciência (CORDIOLI, 2015).

2 Substância química utilizada como fármaco, estimulante leve do sistema nervoso central, com mecanismo de ação ainda não bem elucidado, estruturalmente relacionado com as anfetaminas (CORDIOLI, 2015).

Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/>. Acesso em: 30 jan. 2026.

TEXTO 2

A medicalização no cotidiano: exemplos práticos (adaptado)

Giovanna Zaraga

Alguns exemplos de como a medicalização aparece em nosso dia a dia:

Na escola: uma criança que apresenta dificuldades de aprendizagem pode receber rapidamente a sugestão de avaliação médica e medicação. Pouco se investiga sobre métodos pedagógicos, ambiente escolar ou questões emocionais.

No trabalho: sintomas de esgotamento e cansaço são tratados como problemas individuais, quando muitas vezes refletem condições estruturais de sobrecarga e exploração.

Na vida cotidiana: sentimentos de tristeza após uma perda são vistos como depressão clínica, sem considerar o luto como parte natural da experiência humana.

Disponível em: <https://blog.cenatcursos.com.br/o-que-significa-medicalizacao-da-vida>. Acesso em: 05 fev. 2026.

TEXTO 3

Crítica à medicalização

Grupo de trabalho educação e saúde

Desde que o filósofo austríaco Ivan Illich passou a criticar as tendências de transformar as dores e questões da vida humana em temas de domínio médico (na passagem da década de 70 para a década de 80), discursos comprometidos com a ética e com a dignidade das pessoas têm trazido preocupação com relação aos processos de medicalização engendrados na cultura ocidental. O filósofo Michel Foucault, o escritor Peter Conrad e os psiquiatras Peter Breggin e Thomaz Szasz figuram entre alguns dos nomes importantes que deram continuidade à crítica do fenômeno da medicalização.

Entende-se por medicalização o processo por meio do qual as questões da vida social – complexas, multifatoriais e marcadas pela cultura e pelo tempo histórico – são

reduzidas a um tipo de racionalidade que vincula artificialmente a dificuldade de adaptação às normas sociais a determinismos orgânicos que se expressariam no adoecimento do indivíduo. Assim, não se fala das precárias e sofríveis condições de trabalho, quando se observa o adoecimento do professor, mas sim foca-se na doença, hoje conhecida como burnout; não se fala de indivíduos questionadores, mas de portadores de “transtorno oppositor desafiador”. A educação não fica de fora desse processo, e as dificuldades do processo educativo (ampliadas no interior de um sistema educacional problemático) são facilmente reduzidas a supostos transtornos que “acalmam” o mal-estar de famílias e profissionais de saúde e educação frente a uma série de dilemas sociais. A racionalidade operante da medicalização nos processos de avaliação e de intervenção junto a crianças e jovens com dificuldades no processo de escolarização representa um retorno de explicações organicistas, centradas na ideia de distúrbio de aprendizagem para justificar o não aprender numa escola e numa sociedade que raramente são questionadas em sua estrutura (SOUZA, 2010).[...]

Certamente, uma das maneiras de enfrentamento do fenômeno da medicalização consiste no fortalecimento de políticas públicas em educação que favoreçam a passagem das crianças e jovens pela escola sem que sejam capturados pela lógica medicalizante. [...] O tema das políticas públicas articula-se, por sua vez, ao dos sistemas de saúde e educação. Levar em conta a realidade brasileira no atual momento implica a consideração dos estados de precarização nos quais se encontram os equipamentos públicos de atendimento à população, que não possui condições de “pagar” por aquilo que, na verdade, seriam os seus direitos básicos.

Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2015/06/CFP_CartilhaMedicalizacao_web-16.06.15.pdf. Acesso em: 09 fev. 2026.

TEXTO 4



Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fbrainly.com.br>. Acesso em: 20 fev. 2026

RASCUNHO DA
REDAÇÃO

Obs.: Não destacar essa folha